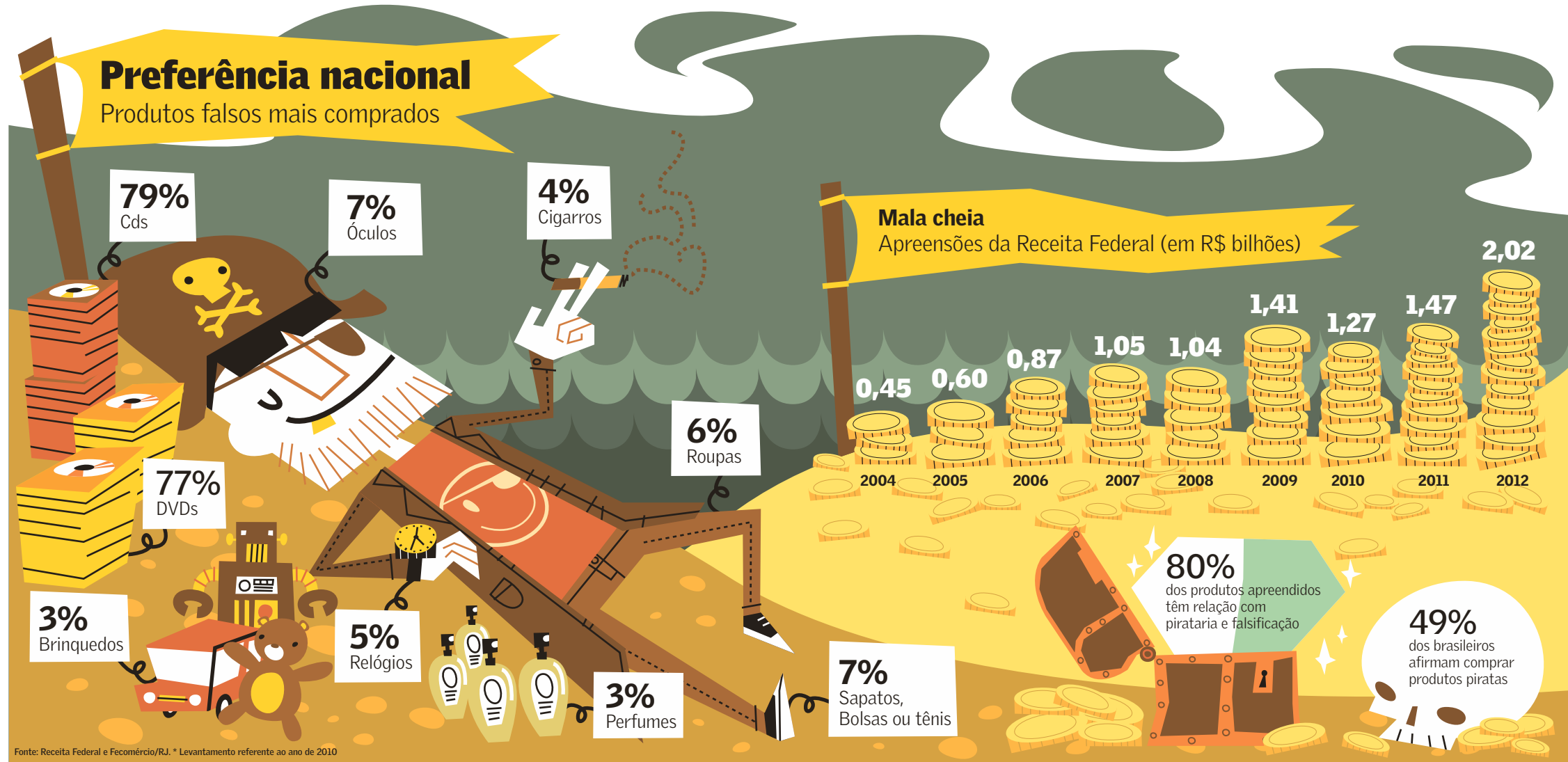


Especial Pirataria

Fabricantes de softwares exploram mercado externo, diz Dinkelmann **F4**



Cerco à imitação

S seja na moderna e rica São Paulo, na quase isolada Salgueiro, no meio do sertão pernambucano, ou em Brasília, é quase impossível não esbarrar em uma banquinha improvisada de papelão vendendo CDs e DVDs de softwares, filmes ou jogos piratas. Nos quatro cantos do país, lojas estabelecidas comercializam, sem cerimônia, bolsas falsificadas com marcas de alto luxo, como Prada, Louis Vuitton ou Dolce & Gabbana. E, claro, na porta de qualquer estádio de futebol, cópias quase perfeitas das camisas dos maiores times do Brasil e do mundo são oferecidas com naturalidade. A pirataria e a falsificação se integraram de forma profunda e arraigada ao cotidiano brasileiro nas últimas duas décadas. Hoje, para uma parte considerável da população, adquirir esses produtos simplesmente deixou de ser um ato passível de condenação moral. Tornou-se, apenas, uma entre tantas opções de consumo.

Apesar de sua onipresença, ninguém sabe a dimensão que a pirataria tem na economia brasileira. Não há levantamentos que consigam apurar o tamanho do rombo fiscal que esses produtos causam ou mesmo o prejuízo que as empresas sofrem. Todos os números que tratam do problema no país são, basicamente, estima-

3º Plano Nacional de Combate à Pirataria busca a verdadeira dimensão dos produtos falsificados na economia. Por **Yan Boechat**, para o Valor, de São Paulo

tivas mal amparadas. “Temos que admitir que nós não temos ideia do tamanho da pirataria no Brasil”, diz o presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), Flávio Caetano, que também é secretário da Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça. “Não temos nenhuma base confiável para dar qualquer número referente a esse problema, só sabemos que ele é grande.”

Hoje o único dado usado pela indústria e pelo governo é o volume de apreensões da Receita Federal, que no ano passado superou, pela primeira vez, a casa dos R\$ 2 bilhões. Mas a própria Receita não sabe exatamente o quanto destes números se referem às falsificações ou cópias ilegais, já que as apreensões são referentes a contrabando, descaminho e pirataria, sem a discriminação de cada item.

“Fala-se em algo como R\$ 40 bilhões apenas em prejuízos fiscais, mas a verdade é que esse número ainda é aleatório”, diz Edson Luiz Vismona, presidente do Fórum Nacional de Combate à Pirataria, uma entidade financiada por empresas vítimas de falsificação, como Adidas, HP, e Souza Cruz, para fazer lobby de sua causa junto ao governo, o Congresso e a opinião pública.

Por conta desse apagão de dados, o governo decidiu que uma das principais prioridades no 3º

Plano Nacional de Combate à Pirataria, que está em seus momentos finais de gestação, será, finalmente, descobrir a verdadeira dimensão dos produtos falsificados na economia brasileira. Por meio do CNCP, o órgão ligado ao Ministério da Justiça que conta com a participação da indústria e da academia, uma ampla pesquisa será produzida. A ideia é atacar em duas frentes. Uma buscando dados ligados a apreensões em todo o país e outra procurando entender os hábitos de consumo do brasileiro. “Não se consegue desenvolver políticas públicas eficientes sem informações de qualidade, por isso decidimos que uma radiografia completa da pirataria é uma prioridade”, diz Flávio Caetano, do Ministério da Justiça e do CNCP.

Aos olhos dos EUA, o país que mais pressiona o governo a adotar medidas mais duras no combate à pirataria, o Brasil tem avançado na questão. Há pelo menos cinco anos os americanos deixaram de ameaçar aplicar sanções comerciais milionárias se medidas eficazes não fosse tomadas. No entanto, o Brasil ainda figura em uma espécie de lista de observação, na prática um degrau anterior. Em sua companhia estão países pobres, como Bolívia, Bielorrússia e Jamaica, e também nações ricas, como Finlândia, Itália e

Noruega. “Eles reconheceram que há um esforço para reduzir o volume de produtos pirateados, mas ao mesmo tempo entendem que há muito a ser feito”, diz o ex-embaixador brasileiro em Washington, Roberto Abdenur, presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO).

O ETCO, instituto formado por grandes empresas como Ambev, Coca-Cola e Microsoft, por exemplo, para fazer lobby contra a informalidade, tem sido um dos agentes mais atuantes nesse processo. Cabe a Abdenur e sua equipe gerenciar um programa que vem sendo responsável por apreensões de vulto, apesar de as ações ainda serem muito pontuais. Criado no CNCP, o Cidade Livre de Pirataria tem como principal objetivo conseguir integrar os órgãos de fiscalização e repressão para que atuem principalmente na esfera municipal. “A ação coordenada, com todos os agentes falando a mesma língua e com o mesmo objetivo, tem se mostrado o modelo mais eficaz nesse combate”, diz Abdenur.

Os números de São Paulo, a primeira das seis capitais que integram o programa, são de fato superlativos. Apenas entre dezembro de 2010 e outubro de 2012 foram apreendidos mais de R\$ 2 bilhões apenas na capital, o mesmo volume financeiro apreendido pela Receita no ano passado. Ao

todo, mais de 75 milhões de unidades de produtos falsificados ou pirateados foram recolhidos das ruas. Vários shoppings que abrigam lojas especializadas em vender produtos irregulares foram fechados, ainda que temporariamente. “Houve uma redução considerável no volume de produtos piratas ao longo do ano passado”, diz Márcio Guimarães Gonçalves, da IPC, consultoria especializada em propriedade intelectual.

Apesar de apresentar resultados positivos, a experiência paulistana também mostra que o combate à pirataria é quase uma tarefa tão árdua quanto enxugar gelo. Poucos meses após o ímpeto fiscalizador ter arrefecido, o volume de produtos pirata e falsificados voltou aos níveis anteriores. De acordo com Abdenur, do ETCO, cabe à prefeitura coordenar o trabalho de fiscalização. “Esperamos que essa administração mantenha o empenho da anterior”, diz o ex-embaixador.

São Paulo, no entanto, é uma exceção. As outras capitais envolvidas no projeto — Vitória, Rio, Curitiba, Brasília, Belo Horizonte e a cidade de Osasco (SP) — ainda não conseguiram apresentar os mesmos resultados. A partir de agora, serão integradas ao projeto Porto Alegre, Cuiabá, Fortaleza, Manaus, Recife, Natal e Salvador, cidades sede da Copa do Mundo.

Preços altos impulsionam demanda por cópias ilegais

De São Paulo

Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2012, mais de cem mil pessoas pagaram entre R\$ 170 e R\$ 500 para assistir ao show da pop star americana Madonna no estádio do Morumbi, em São Paulo. Era uma das últimas apresentações da turnê MDNA, na qual Madonna já havia se apresentado mais de 80 vezes ao redor do mundo. Já se sabia que a tour da cantora fora um sucesso. Quando se fecharam as contas, no início de janeiro, houve a confirmação: a turnê de Madonna não foi só a mais lucrativa de 2012 como também passou a figurar como uma das dez mais rentáveis de toda a história da música.

Em um momento em que a indústria fonográfica continua sua cruzada contra a pirataria, acusando grupos criminosos organizados de campanhas orquestradas para roubar seus direitos autorais, os números da MDNA não chegam a impressionar quem conhece este mercado. Entre as dez maiores rendas de turnês da história, de acordo com o ranking elaborado pela revista americana “Billboard”, apenas a série de concertos dos Rolling Stones Vooodoo Lounge é de um tempo em que a indústria fonográfica não havia iniciado sua guerra contra a pirataria.

Os números mostram que o mercado de comércio de cópias, sejam eles piratas, como no caso da música, ou falsificados, como no

caso de produtos de bens de consumo, como roupas e calçados, podem ter um outro lado que não seja exatamente negativo. “Mais do que um ato criminoso, a pirataria, principalmente a de bens culturais, é muito mais um ajuste de preço”, argumenta o professor de políticas públicas da Universidade de São Paulo, Pablo Ortellado, que também é membro do Conselho Nacional de Combate à Pirataria. “Muitos desses produtos têm um preço incompatível com a renda média da população, por isso a pirataria tem um enorme efeito de divulgação em regiões nas quais o artista não pode ser consumido pelos meios oficiais.”

Para Ortellado, a questão é muito mais complexa do que se apre-

senta. “A indústria procura criminalizar, mas há um componente importante no qual ela não toca: a política global de preços”, diz ele. Como a maioria das empresas globais opta por não adequar seus preços a diferentes mercados, as realidades econômicas regionais têm impacto no custo final ao consumidor. “Existe uma clara preferência em explorar os mercados americano e europeu em detrimento dos países em desenvolvimento”, diz o professor, que recentemente fez um estudo avaliando o volume de perdas da indústria musical no Brasil, no qual concluiu que os números apresentados são “chutes, sem embasamento”.

Um amplo estudo sobre pirataria publicado em 2011 pelo Conse-

lho de Pesquisas em Ciências Sociais, fundação de pesquisas americana, mostrou o valor de um mesmo software em diferentes países, de acordo com a paridade do poder de compra. Enquanto um pacote Microsoft Office 2007 nos EUA era vendido a US\$ 149, no Brasil, por exemplo, seu valor equivalente seria de US\$ 621. Na Índia, onde o PIB per capita não chega a US\$ 4 mil (contra US\$ 11,8 mil no Brasil e US\$ 49,9 mil nos EUA), o preço do software, sempre respeitando a paridade do poder de compra, chegava a US\$ 4,5 mil.

É por questões como essas que a professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing, Suzane Strehlau, não acredita em um arrefecimento do mercado de produ-

tos piratas e falsificados. Ela é autora de uma tese de doutorado sobre mercado de luxo e pirataria e chegou à conclusão de que o consumidor utiliza uma estratégia de enfrentamento ao comprar um bem falsificado. “Ele sabe que é pirata, não está sendo enganado, exceto em casos de remédios e produtos alimentícios”, diz Suzane. “Ele simplesmente diz: o original é caro demais, e é esse que posso pagar.”

Suzane acredita que em alguns segmentos, como os de alto luxo, começa a haver um claro distanciamento entre o produto e a marca em si. “As bolsas vendidas com plaquinhas de marcas famosas não existem originalmente, o consumidor as compra por conta do status da grife”, diz ela. (YB)

Especial Pirataria

TV por assinatura Pequenas operadoras não resistem à concorrência Perda com roubo de sinal é de R\$ 150 milhões ao mês

Ana Luiza Mahlmeister
Para o Valor, de São Paulo

Mais de 1,5 milhão de domicílios brasileiros recebem sinal de TV por assinatura através de conexões ilegais, segundo estimativa feita pela Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA). A pirataria no Brasil alcança cerca de 10% da base de assinantes. Mesmo assim, esse cenário preocupa dirigentes do setor devido ao seu rápido crescimento. “A base ilegal no Brasil ainda está longe dos 20% alcançados na América Latina, mas se for mantido esse ritmo as vendas ilegais podem ultrapassar as legais até 2018”, afirma Antonio Salles, coordenador da comissão antipirataria da ABTA.

Ao contrário do que se pensa, a pirataria não se concentra apenas nas classes C e D. “Há uma espécie de leniência quanto ao roubo do sinal que acaba sendo socialmente aceito, como se não fosse um crime que deveria ser punido”, afirma José Guilherme Mauger, assessor jurídico do o Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Televisão por Assinatura e de Serviços de Acesso Condicionado (SETA).

O setor de TV por assinatura cresce entre 15% a 16% ao ano. O prognóstico é que esse mercado se deve ampliar de forma acelerada com a oferta adicional de TV paga pelas operadoras de telecomunicações como Telefônica Vivo, Oi, Claro e GVT.

O contrabando traz para o mercado latino-americano cerca de 50 marcas de aparelhos que roubam sinal de satélite ou cabo. São caixas conhecidas pelas marcas AzBox, Az America e Lexusbox vendidos em lojas, camelôs e também pela Internet. Em 2011, um passo importante foi dado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que emitiu ofício exigindo que todos os aparelhos de acesso à TV por assinatura sejam homologados pela agência, tornando ilegal o comércio de equipamentos sem a devida certifica-



Antonio Salles: base ilegal no Brasil ainda está longe dos 20% de pirataria existentes na América Latina

ção por representarem riscos ao consumidor. No mesmo ano o Supremo Tribunal Federal tipificou o furto do sinal de TV por assinatura como crime.

A Justiça Federal emitiu um parecer proibindo a comercialização e o uso de conversores ilegais de sinal de TV reconhecendo como crime contra a Lei Geral de Telecomunicações. “Essas decisões mostram que a justiça está atenta ao problema que tem impacto direto nas empresas que pagam impostos, empregam trabalhadores e nos consumidores que adquirem legalmente os serviços”, diz Salles. Em 2012, ABTA, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Sistemas de TV por Assinatura (Sincab) e a SETA entrou com uma ação civil pública, que foi acatada pela Justiça Federal que emitiu uma liminar proibindo a importação e divulgação pela Internet de produtos de TV por assinatura.

Apesar da fiscalização, os equipamentos contrabandeados continuam entrando ilegalmente no país, principalmente pelo

Sul do país e anunciados em classificados pela Internet. “Nosso trabalho é identificar essas brechas e fazer denúncias à Polícia Federal”, afirma Salles. Algumas ações conjuntas da ABTA com a Polícia Federal levaram a apreensões em lojas populares e camelôs. Essa medidas contribuíram para a queda do contrabando no ano passado, diz a entidade.

A pirataria impulsiona a informalidade e corre o risco de ser a principal concorrente da indústria formal. “O espectro eletromagnético é um bem da União e esse sinal é interceptado ilegalmente”, diz Salles. “O custo por assinatura envolve direito autoral do conteúdo, criptografia, infraestrutura de transmissão, investimento em conteúdo e empacotamento para que a operadora e a distribuidora possam prestar um bom serviço”, diz Mauger. A indústria e as entidades veem como solução a união da questão tecnológica – o desenvolvimento de equipamentos e de sinais que não possam ser rompidos – com amarração legal mais específicas, como um marco legal que coíba tanto o roubo de sinal quanto do conteúdo, além do contrabando.

Operadoras unem forças para atuar na América Latina

De São Paulo

Operadores de TV por assinatura criaram em janeiro deste ano uma associação de empresas latino-americanas, a Alianza Contra La Piratería de Televisión Paga (Aliança Contra a Pirataria na TV por Assinatura), entidade que reúne 17 empresas, entre operadoras e grupos de mídias de toda a região como a Sky, Globosat, HBO, Televisa, Fox Internacional, Discovery, Disney & ESPN, além de entidades representativas como a ABTA (Associação Brasileira de TV por Assinatura). A Band, Net Serviços e Claro DTH também se preparam para aderir e estão em fase de associação. O objetivo é reunir forças para combater o roubo de sinal, que alcança 20% das vendas legais na região.

Reunidos no início de abril em São Paulo, os representantes da Alianza definiram algumas estratégias para conter o avanço da pirataria na América Latina. Além das ligações de cabos feitas de forma irregular, há também a instalação conversores digitais dotados de software que são ligados a conversores originais e que, com isso, captam o sinal de todo o pacote de determinada operadora e o distribui à TV na qual é conectado.

“O mercado ilegal evoluiu e fica cada vez mais sofisticado. Por isso, torna-se necessário investir em tecnologia e também na fiscalização para conseguir barrar esse crescimento”, afirma Michael Hartman, vice-presidente sênior de assuntos legais e regulamentação da DirecTV da América Latina. A empresa comanda as operações da Alianza.

A entidade planeja investir em projetos educativos. Também está nos planos da instituição investigar o contrabando e, com isso, promover o desenvolvimento de novas tecnologias.

A principal meta, segundo Hartman, é combater uma forma de pirataria conhecida como FTA – Free-to-Air, que envolve o uso ilegal de receptores de sinal

de satélite que decodificam o sinal audiovisual de televisão por assinatura. Esse tipo de pirataria é comandada por fabricantes internacionais dos decodificadores e pelas redes organizadas de distribuição com acesso à programação das empresas.

Isso afeta todas as operadoras que usam o sinal de satélite DTH cabo, programadoras e revendedoras desses equipamentos. “Os custos do combate à pirataria são altos e serão rateados pelos membros da Alianza”, afirma Hartman. Os equipamentos FTA vem de países da Ásia e chegam ao Brasil e outros países da América Latina por meio do Paraguai e Sul do país.

Recentemente a DirecTV Sky fez uma parceria com a Agra, que desenvolve tecnologia por satélite, para definir uma metodologia de combate ao roubo do sinal. Os piratas se aproveitam da debilidade da tecnologia DVD abrindo o sinal de vídeo da recepção de satélites e redistribuem o sinal via internet. Não há no momento acerto tecnológico fácil para mudar o padrão DVD das operadoras DTH e cabo. “Hoje o maior esforço está no monitoramento e troca de conhecimento da operação dos sistemas. Outra frente é o monitoramento da alfândega para apreensão de receptores”, explica Hartman.

A entidade contratou também investigadores para repassar informações à Polícia Federal. No ano passado o grupo detectou 650 mil receptores que chegaram ao Sul do Brasil pelo Paraguai e Uruguai. Há dois meses, juntamente com a alfândega do Uruguai, a entidade detectou e apreendeu 10 mil receptores por satélite. “Nessa linha de atuação, queremos uma maior colaboração com a alfândega brasileira”, diz Hartman. A Alianza também vai coordenar ações de fiscalização em lugares de comércio ilícito em bairros de São Paulo e coordenar treinamentos para autoridades da alfândega, reguladores e agentes tributários.

Celulares “Xing-ling” estão com os dias contados

Felipe Datt
Para o Valor, de São Paulo

Os celulares piratas, conhecidos popularmente como “Xing-ling” — aqueles aparelhos com capacidade para até quatro chips, de origem chinesa e de marcas obscuras como Nckia, vendidos ilegalmente em polos comerciais como a rua Santa Ifigênia, em São Paulo, podem estar com os dias contados. Uma resolução da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicada em janeiro deu aval às operadoras de telefonia para a instalação de um sistema que permitirá o bloqueio das chamadas a partir desses aparelhos. A novidade deve ter início em 2014.

“A expectativa é que o sistema entre em operação ainda no final do primeiro trimestre”, diz o diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sindictelebrasil), Carlos Duprat. A montagem do sistema de análise de “terminais não certificados”, o nome técnico dos celulares piratas, está em fase inicial e as definições sobre as ações estão sendo elaboradas. A ideia é que as quatro maiores operadoras do Brasil (Vivo, TIM, Claro e Oi), além de empresas com atuação mais regionalizada, como Siscontel e CTBC, trabalhem em conjunto para a elaboração de um banco de dados único do International Mobile Equipment Identity (IMEI), uma espécie de registro geral embutido no aparelho antes mesmo de sua saída da fábrica. Na prática, o sistema deve funcionar da seguinte maneira: quando uma chamada é originada de

um celular, o número do IMEI é enviado à operadora. A partir do próximo ano, será possível cruzar os dados do código IMEI do telefone dos usuários com o banco de dados da própria Anatel e até bloquear as chamadas se o aparelho não tiver sido previamente homologado. O procedimento de cadastro será realizado quando o usuário inserir um novo chip no aparelho, um procedimento necessário para habilitar a linha.

A montagem do sistema tem embasamento legal na Lei nº 9.472/1997, que estabelece no artigo 156 que “poderá ser vedada a conexão de equipamentos terminais sem certificação, expedida ou aceita pela Anatel”. Em nota ao Valor, a Anatel informa que “a decisão é decorrente de procedimentos administrativos para averiguar se as prestadoras possuíam capacidade de controlar se os equipamentos utilizados em suas redes atendiam ao preceito legal de serem homologados/certificados.”

Mas a própria montagem do sistema ainda levanta algumas dúvidas. Uma delas é em relação aos aparelhos ilegais que já estejam funcionando e que, assim, não entrarão no novo cadastro. Outra é quanto ao uso de aparelhos comprados no exterior e não homologados no Brasil, o que afetaria, por exemplo, turistas em viagem pelo país que adquirem um chip de uma operadora local. “A ideia é trabalhar o registro dos aparelhos de diversas maneiras e o banco de dados pode contar, por exemplo, com informações como a categoria do aparelho, o número de série do Brasil e também do exterior. O sistema não se limita necessaria-

mente ao registro de aparelhos comprados legalmente e homologados no país, mas a produtos certificados de uma maneira geral. Apenas os produtos que não tenham sido certificados enfrentarão esse filtro”, diz Duprat.

O objetivo da ação tem várias frentes. Com a montagem de um sistema de identificação, uma das metas é desestimular a população a adquirir esses aparelhos, montados em fábricas na China e em algumas nações do Sudeste Asiático e que entram ilegalmente no país. Apesar de custarem até um quinto do preço de um aparelho ou smartphone original, esses celulares não recolhem impostos, utilizam componentes de baixa qualidade, não têm garantia e não atendem os requisitos técnicos de funcionamento no país.

O vice-diretor do Grupo de Celulares da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Carlos Lauria, que participa das discussões sobre o tema com Anatel e operadoras desde 2011, lembra que ao comprar um aparelho de qualidade duvidosa, o consumidor, além de enfrentar mais problemas técnicos que a média, eleva a quantidade de reclamações, com impacto direto nas centrais de atendimentos das operadoras. “O usuário não sabe diferenciar se o problema é do aparelho ou da rede e em algumas situações acreditamos que esse (a utilização de um aparelho original) pode ser um componente importante para a melhora da qualidade das ligações”, concorda Duprat. As empresas de telefonia estão em segundo lugar na lista de reclamações do Procon São Paulo.



Roberto Abdenur, presidente do ETCO: “Os aparelhos celulares figuram entre os dez produtos mais pirateados”

Não homologados são 12% das vendas

Os dados mais concretos sobre o impacto dos celulares piratas sobre os fabricantes constam de um levantamento da consultoria Strategy Analytics. O documento, divulgado em novembro de 2012, mostra que os não homologados representaram 12,7% dos 91,2 milhões de celulares comercializados no país em 2012. Dentre os smartphones, o percentual é menor: 6,5%, o que representa 1,7 milhão dos aparelhos inteligentes vendidos no último ano. O Brasil está acima da média mundial na relação legais X piratas, que é de 9,2%. A África e o Oriente Médio, com 16% do mercado tomado pelos piratas, são os campeões globais.

Carlos Lauria, vice-diretor do grupo de celulares da Abinee e diretor de relações governamentais da Nokia, diz que um dos efeitos do mercado paralelo é expor a população a eventuais riscos à saúde. “Em algumas análises as baterias sofriam aquecimentos levando ao risco de incêndios e explosões. Também já foram encontrados metais pesados e proibidos como chumbo e cádmio”, diz.

A qualidade do serviço nesses aparelhos foi dimensionada pelo Instituto Nokia de Tecnologia (INdT) em 2011, que apontou que os celulares falsificados falharam em 26% das tentativas de ligações. Além disso, quando completadas,

24% das ligações caíram.

Uma frente de combate à ilegalidade é a repressão. O presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), Roberto Abdenur, diz que as ações do Programa Cidade Livre de Pirataria somaram, em 2012, 49 operações conjuntas e 128 operações pontuais, que apreenderam um total de 78 milhões de produtos ilegais, sendo 53 milhões em estabelecimentos comerciais e 25 milhões nas ruas da cidade. “Podemos afirmar que os aparelhos celulares figuram entre os dez produtos mais pirateados, além de estarem entre os de maior valor agregado”, diz. (FD)

Especial Pirataria

Comércio Lotados de produtos chineses, centros de compra vendem bolsas 'Louis Vuitton' por R\$ 120,00

Galerias na Paulista oferecem 'réplicas' para todos os gostos

Genilson Cezar

Para o Valor, de São Paulo

A pirataria impera na avenida Paulista, principal centro financeiro da cidade de São Paulo. Na esquina com a rua Pamplona, na altura do número 1.227, por exemplo, a galeria Stand Center, com 173 boxes, está repleta de mercadorias de origem, no mínimo duvidosa. São produtos para todos os gostos: brinquedos, celulares, eletroeletrônicos e computadores, óculos, relógios, perfumes e cosméticos, tênis e roupas. Os preços são o grande atrativo. Uma bolsa em canvas Damier, modelo Neverfull MM, da prestigiada marca francesa Louis Vuitton, que custa nas lojas oficiais cerca de R\$ 2,5 mil, tem similar, em couro, nos boxes da galeria por R\$ 120,00. Relógios Cartier custam R\$ 350,00. Celulares Samsung Galaxy, "de primeira linha", segundo um vendedor, saem por R\$ 300,00.

Os comerciantes, a maioria de origem asiática, não disfarçam: os produtos são réplicas dos originais. O segurança de uma das lojas

é mais direto: "É tudo chinês".

Ainda na Paulista, na altura do número 392, esquina com a rua Carlos Sampaio, outra galeria, a Boulevard Monti Mari, opera com 300 lojas em três pavimentos. Também vende de tudo, incluindo softwares corporativos, como o AutoCAD, produto para desenvolvimento de projetos de engenharia e arquitetura, criado e comercializado pela americana Autodesk. O programa completo custa R\$ 14 mil, mas a versão da galeria é vendida por R\$ 15,00.

Poucas das lojas ali exibem uma espécie de autorização, após "vistoria" realizada em agosto de 2012, por um órgão denominado "Núcleo de Gestão Integrada da Cidade São Paulo", mas não informa a que secretaria pertence.

Edson Luiz Vismona, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade, que reúne entidades setoriais, empresas e sindicatos, contesta essa forma de operar dos boxes da Paulista. "Quem concede o licenciamento é a prefeitura, mas não sei que tipo de licenciamento é esse, pois ninguém

pode ser autorizado a comercializar produto pirata. Isto é absurdo."

Segundo ele, essa situação demonstra que se a fiscalização não for constante, a pirataria volta imediatamente. Nos últimos dois anos, o fórum participou de ações integradas, em São Paulo, do Comitê de Combate à Pirataria e Comércio Ilegal, coordenado pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Foram apreendidos mais de 78 milhões de produtos piratas, no valor estimado de R\$ 2 bilhões. Vários shoppings foram fechados, como o Shopping 25 de Março, no centro da cidade, cujo dono, o chinês Law King Chong, apontado como o maior contrabandista do Brasil, foi preso mais de uma vez. "Law é o grande operador, locador dos espaços para venda de produtos piratas", diz Vismona. "Foi preso, condenado, ficou detido um bom tempo, mas foi solto e não aparece mais. Continua sendo, porém, o grande administrador dos espaços ilegais, principalmente na região da 25 de Março e do Braz."

A galeria Stand Center, com 170 boxes, foi fechada pelo menos três



Porto: "Se pegar os dados de apreensões do primeiro trimestre, os volumes são maiores que no ano passado"

vezes, entre 2010 e 2012, mas voltou a funcionar. "Essa é a lição que temos que aprender: se não tivermos esses espaços sob controle, permanentemente, dificilmente conseguiremos combater a ilegalidade", afirma.

Para o advogado Benny Spiewak, sócio responsável pelas áreas de defesa, propriedade intelectual, life sciences e tecnologia do escritório ZCBS — Zancaner Costa, Bastos e Spiewak Advogados, no entanto, se não houver uma preocupação do setor privado, não há como evitar esse tipo de comércio. "O que acontece é ilegal, mas, de acordo com a legislação

brasileira, toda ação judicial contrária à pirataria precisa partir do dono do direito afetado pela pirataria. Se o dono da marca não provocar o governo, não for à justiça e entrar com uma representação criminal, não há nada que o governo possa fazer", explica. "E como não há condições de uma entidade privada estar em vários lugares ao mesmo tempo, os piratas se aproveitam: sabem disso e contam com a fragilidade do sistema", assinala.

O secretário municipal de segurança urbana, Roberto Porto, promete dar continuidade às ações de fiscalização da gestão do prefeito Gilberto Kassab. "Se pegar os da-

dos de apreensões nos espaços públicos do primeiro trimestre, os volumes são um pouco maiores que no ano passado", destaca. Entre janeiro e março, a Guarda Civil Municipal apreendeu 85.031 produtos piratas em locais públicos da cidade de São Paulo. A maioria, mídias (CDs e DVDs), bebidas e alimentos. Foram mil itens a mais que no mesmo período de 2012, indica Porto. Ele diz que por lei, a Guarda Civil só pode realizar ações em espaços públicos. "Acredito que as operações em espaços privados vão ser feitas. A intenção é sempre que possível trabalhar integrado com outras instituições", afirma.

Rastreamento de remédio tenta barrar falsificação

Rosângela Capozoli

Para o Valor, de São Paulo

O Ministério da Saúde vem se debruçando com uma epidemia onde a ameaça não está em algum novo vírus ou na falta de remédios, mas na quantidade de medicamentos falsificados despejados no mercado. Em 2011, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apreendeu 850 mil unidades de medicamentos falsos em todo o país, um salto de 1.200% nesse tipo de crime em apenas três anos. Para enfrentar o problema, o governo lançou há três anos o programa Medicamento Verdadeiro. Os falsificadores parecem não ter se assustado. Num segundo esforço, em 3 de abril, a Anvisa encaminhou para consulta pública uma nova proposta para combater a epidemia de remédios falsos, desta vez criando o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.

A instituição propõe rastrear o trajeto de medicamentos, o que poderia barrar as falsificações. O Sistema Nacional de Controle de Medicamentos terá a função de monitorar o remédio desde a produção até sua prescrição e chegada ao paciente. O projeto ficará em consulta pública por 30 dias antes de se tornar norma nacional. Segundo a Anvisa, o prazo de adaptação às novas regras é de 180 dias para a indústria e de um ano para o comércio varejista.

Para controlar todo o sistema, a agência vai adotar um código de barras bidimensional, o Datamatrix. Intitulado como Identificador Único de Medicamento (IUM), funcionará como uma espécie de "RG" de cada remédio, com 13 dígitos, além do número serial, a data de validade e o número do lote", explica Dirceu Barbano, diretor-presidente da Anvisa.

A rede de falsificadores envolve fornecedores de insumos, laboratórios muitas vezes ilegais, e distribuidores e varejistas que se espalham por todos os estados disfarçados em camelôs, vendedores de beira de estradas e até pequenas farmácias.

"Há dois tipos de falsificação: uma, por meio de importações ile-

gais, e outra que ocorre em pontos de vendas não registrados na Anvisa, ou farmácias de pequeno porte em pontos distantes do país", diz Nelson Augusto Mussolini, presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo (Sindusfarma). Mussolini diz que a agência deveria ser mais atuante e não se limitar a campanhas como a do Medicamento Verdadeiro, realizada em 2010.

"Essas campanhas precisam ser repetidas com regularidade e

fazer parte do dia a dia do consumidor, para que tenha claro onde comprar seus medicamentos", diz Mussolini. Ele cita como exemplo o ponto de venda conhecido como Feira do Paraguai, em Brasília, onde é possível adquirir medicamentos destinados à disfunção erétil, entre outros, que na grande maioria são falsificados. Drogas para essa finalidade estão no topo da lista dos remédios mais falsificados.]

"O Sistema Nacional de Controle de Medicamentos certa-

mente não fará nenhum tipo de rastreamento em locais como esse." O que se sabe, a partir de registros policiais e de órgãos ligados ao Ministério da Saúde, é que as vendas de remédios falsificados ocorrem em todos os estados do país e que têm como alvos feiras livres, lanchonetes em beiras de rodovias, lojas e até farmácias e drogarias credenciadas. Do total, cerca de 95% dos itens confiscados pela Anvisa foram remédios sem registro na agência.

Uma pesquisa internacional

coordenada pela National Academy of Science, nos Estados Unidos, com participação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) da Universidade de São Paulo (USP), relata que a falta de fiscalização na circulação de medicamentos e dos seus princípios ativos favorecem a falsificação, principalmente em países subdesenvolvidos. No Brasil, segundo o estudo, o principal problema é a deficiência no controle de fronteiras.

De acordo com estimativa da

Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil, ao lado de países como Índia, Rússia e Turquia, está no grupo de nações onde 25% dos remédios em circulação são falsificados, contrabandeados ou não possuem registro de órgãos públicos reguladores. Ainda segundo a OMS, as vendas de medicamentos irregulares representaram 16% da comercialização global de medicamentos em 2010, o que acarretou prejuízo de US\$ 75 bilhões para a indústria farmacêutica mundial.

ENCONTRE OS SETE ERROS.



1. Capacete. 2. Papel no bolso. 3. Lápis atrás da orelha. 4. Software pirata. 5. Empregado não registrado. 6. Sonegação de impostos. 7. Desrespeito às leis ambientais.

ALGUNS ERROS ESTÃO NA CARA. OUTROS, NÃO.

É fácil esconder algumas práticas de concorrência desleal como, por exemplo, a pirataria de software. Empresas que desrespeitam a lei trazem prejuízos para as pessoas, outras empresas e para o país, assumindo riscos de ordem criminal e os impactos financeiros que essa prática acarreta.

Não importa se você é uma grande empresa ou um pequeno negócio, a concorrência desleal é ruim para todo mundo.

Acesse www.empendedorlegal.org.br e saiba como se proteger.

Todos juntos por um Brasil mais competitivo.
Acesse www.empendedorlegal.org.br

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



Especial Pirataria

Informática Número de denúncias anônimas aumenta 10% ao ano

Campanhas ajudam a coibir venda de software

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

Mais da metade de todos os softwares comercializados no Brasil é ilegal. A boa notícia é que esse número já foi muito maior e sua tendência é de queda. O índice de soluções piratas já bateu a casa dos 91% em 1988, primeiro dado oficial do mercado. Em 2005, estava em 64%. Hoje é de 53% e a meta do setor é reduzir esse patamar em 10 pontos percentuais em quatro anos. A ação significa trazer para a economia formal cerca de US\$ 4 bilhões em negócios, gerar 12,3 mil postos de trabalho e acrescentar US\$ 888 milhões em impostos pagos ao Brasil. Para que isso aconteça, entidades de classe como Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Business Software Alliance (BSA), Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI) e Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) promovem forte campanha de conscientização e denúncia de quem comercializa softwares não licenciado e fazem uso de má fé de pro-

duto piratas em seu processo produtivo. O resultado é o crescente número de denúncias anônimas, que avança cerca de 10% ao ano.

Só em 2012, foram 3.180 notificações pelos agentes da BSA, resultado de denúncias em pequenas e médias empresas que operavam ilegalmente sem licenciamento tecnológico. “Muitos empreendedores não sabem que não podem usar uma única licença em 10, 15 máquinas diferentes. Alguns não têm sequer uma única licença dentro da empresa”, afirma Frank Caramuru, diretor-geral da BSA no Brasil. Caramuru lembra que os EUA, apesar de sustentarem o menor índice de pirataria de software do mundo, 19%, é o país que mais perde em termos financeiros, por concentrar 40% de sua produção mundial. Para se ter uma ideia, considerando que no período de quatro anos (mesma meta do Brasil) haja uma redução global na pirataria em 10%, isso resultaria em mais de US\$ 37 bilhões extras ao PIB americano, US\$ 6,2 bilhões em impostos federais e 25.000 novos empregos nos EUA,

Só na imitação

Os números da pirataria de softwares no mundo

Ranking

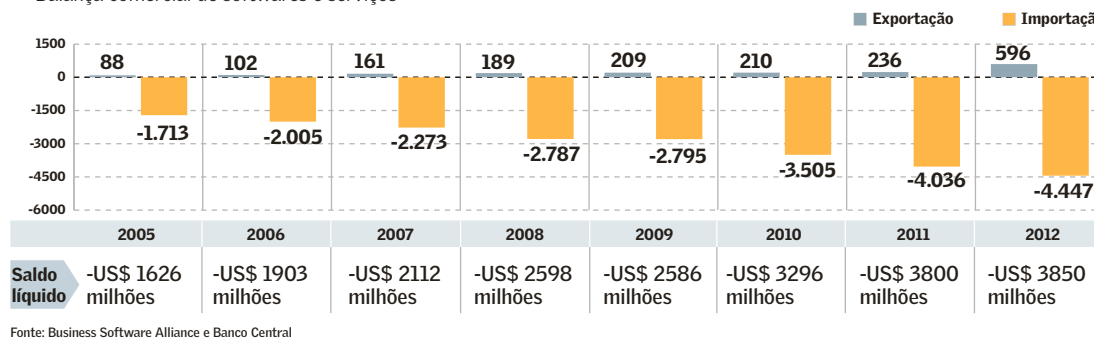
Vinte maiores mercados, por valor de softwares pirateados (2011)

	Valor pirateado (US\$ milhão)	Vendas legais (US\$ milhão)	Índice de pirataria (%)
EUA	9.773	41.664	19%
China	8.902	2.659	77%
Rússia	3.227	1.895	63%
Índia	2.930	1.721	63%
Brasil	2.848	2.526	53%
França	2.754	4.689	37%
Alemanha	2.265	6.447	26%
Itália	1.945	2.107	48%
Reino Unido	1.943	5.530	26%
Japão	1.875	7.054	21%

Média global: 42% | Média América Latina: 61%

Déficit crescente no país

Balança comercial de softwares e serviços



Fonte: Business Software Alliance e Banco Central

segundo estudo do impacto mundial da pirataria da BSA.

Apesar de as multas serem elevadas — podem chegar a 3 mil vezes o valor de cada software ilegal —, como a fiscalização é fraca, multas pequenas e médias empresas resolvem correr o risco. O próprio setor reconhece que os preços elevados dos softwares são um fator que leva muitas dessas empresas a ilegalidade, por não terem caixa para bancar uma solução legal. “Mas é verdade também que o custo desses softwares vem caindo muito nos últimos 20 anos. Alguns populares, como os da Microsoft, saíram de US\$ 5 mil em 1985 para R\$ 199 hoje”, avalia Jorge Sukarie, presidente da Abes.

“Vale lembrar que a pirataria não impacta apenas a Microsoft e

seus clientes, mas também a comunidade e o desenvolvimento econômico do país. Além disso, o software genuíno oferece aos usuários inúmeras vantagens, tais como o recebimento de atualizações de produto e antivírus e suporte técnico especializado, entre outros”, afirma Vanessa Fonseca, advogada da área de antipirataria da Microsoft.

Na realidade, a pirataria afeta toda e qualquer empresa de software com arquitetura aberta e que comercializa seus produtos nas prateleiras das revendedoras e distribuidoras. Softwares nacionais para vídeo games, confecção, designer de moda, engenharia e arquitetura são também fortemente atingidos pela pirataria.

Sukarie lembra que é possível

reduzir esses custos com as chamadas ‘soluções nas nuvens’, onde dá para pagar uma taxa mensal de US\$ 12 e utilizar a mesma solução tecnológica de grandes companhias em diversos ramos. “Soluções de produtividade, CRM de vendas, ERP, dentre outros”, diz o presidente da Abes. “Concordo que o preço é um fator importante, mas o software é desenvolvido como resultado de inteligência, investimento em inovação e tecnologia, o que não é barato”, lembra Luiz Henrique do Amaral, presidente da ABPI.

A Lei do Software, 9.609, existe desde 1998 e vem sendo rediscutida e aprimorada desde então para que se criem mecanismos mais eficientes de fiscalização e punição efetiva dos infratores.

Denúncias anônimas têm bons resultados

De São Paulo

A campanha Empreendedor Legal, marcada pelo lançamento no começo deste ano, do Portal de Denúncia à Pirataria, já recebeu 1,2 mil denúncias e é apenas uma entre as muitas ações promovidas para ampliar as discussões sobre o tema, conscientizar os empresários, criar mecanismos mais eficientes de fiscalização e punição e ainda alertar para multas pesadas que podem recair sobre o empreendedor. Só em função do Portal, a Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) prevê a redução de 1 a 2 pontos percentuais da prática pirata ainda este ano.

A criação de delegacias especializadas é a reivindicação mais aclamada pela Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI) nesse movimento. “Isso daria força e maior conhecimento dos agravantes da prática para a fiscalização e punição dos infratores. Estamos falando de crime de evasão fiscal e a Polícia Federal tem que estar envolvida nisso”, defende Luiz Henrique do Amaral, presidente da ABPI. “Não podemos deixar na mão do mesmo delegado que fiscaliza o crime de homicídio a interpretação da pirataria de softwares. Ele não está preparado para isso”, conclui. Amaral sente falta de uma presença mais efetiva do Estado nas campanhas, esclarecendo à população que a pirataria tira empregos, gera evasão de divisas e está relacionada ao crime organizado. “Isso não pode mais ser aceito em um país em desenvolvimento como o Brasil. Hoje, a ABPI faz cerca de 3 treinamentos por ano nos portos de Santos, Vitória e Rio para conscientizar os agentes federais.”

O impedimento à participação em licitações públicas é outra restrição para quem usa software ilegal e argumento de campanha para legalização de muitas empresas. Estudo do IDC aponta que 40% do comércio ilegal de software é feito nas revendas e distribuidoras. A BSA divulga em maio campanha nacional para alertar sobre as implicações danosas da pirataria de software no Brasil. (RL)

Organização retira 30 mil links ilegais

Alessandra Taraborelli
Para o Valor, de São Paulo

Um dos setores que enfrentam o problema da pirataria pela internet é a indústria de livros, que tem travado uma batalha para tentar acabar com os downloads ilegais. Segundo a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR), de janeiro a março a entidade já excluiu 30 mil links ilegais. Esse número representa quase a metade dos 70.716 links que foram retirados durante todo o ano passado.

Para o advogado da ABDR, Dalton Morato, a falta de consciência cultural é a principal responsável pelo avanço dessa prática. “As pessoas não entendem a importância da propriedade intelectual”, disse. Para Dalton, um maior investimento do governo federal em campanhas de conscientização da importância da propriedade intelectual poderia contribuir para reduzir os downloads ilegais.

Após identificada a irregularidade, a ABDR envia uma carta para o dono do site que disponibilizou o download e também para o responsável pela hospedagem do site. O objetivo é conscientizá-los da ilegalidade e pedir que o conteúdo seja retirado do ar o mais rápido possível. Se isso não funcionar, o próximo passo é encaminhar uma notificação avisando sobre uma possível ação judicial. O profissional disse que são poucas as situações que chegam à esfera jurídica. “O índice percentual de exclusão após a carta e a notificação é superior a 90%”, disse.

Morato, no entanto, acredita que esse tipo de crime poderia praticamente acabar se as empresas que hospedam sites fossem mais rigorosas. “O site que hospeda tem que saber o que é legal ou ilegal. O problema é que para isso é necessário que sejam feitos investimentos em programas que permitam bloquear uploads”, disse.

Uma das grandes empresas de hospedagem, o Blogger, que pertence ao Google, afirma que não há como controlar isso, porque uma pessoa que quer disponibilizar um conteúdo ilegal poderá hospedar seu site em um país onde não há lei contra isso. “Essa é uma questão desafiadora para a indústria. O Google é muito mais um aliado do que um vilão”, defende o gerente de comunicação para políticas públicas, Feliz Ximenes.

Ximenes explica que existe uma cláusula no contrato com o Blogger que diz que é proibido hospedar conteúdo protegido por direito autoral. “Se isso for identificado nós mandamos uma notificação para que o conteúdo seja removido. Se a violação insistir ou se repetir ele é expulsado do Blogger”, explicou.

Uma solução criada pela ABDR em 2007 para evitar a reprodução e os downloads ilegais de livros didáticos foi a Pasta do Professor. Segundo o diretor do projeto, Bruno De Carli, a meta é fazer parcerias com faculdades que podem, com isso, compor um conteúdo mais diversificado, já que as editoras disponibilizam material de modo fracionado. Hoje, o projeto conta com adesão de quatro faculdades, sendo que a maior parceira é Estácio de Sá. Dos 300 mil alunos que englobam o projeto, 85% já estão recebendo um conteúdo diversificado por meio de reproduções legais. Desses, cerca de 25 mil estudantes recebem o conteúdo digital para ser acessado em tablets. “Com esse projeto as editoras passaram a ter um faturamento que não tinham antes. Nosso sonho de consumo seria atingir 5 milhões de alunos, mas essa não é uma meta de curto prazo”, disse.

Para aqueles que insistem em manter um site com conteúdo ilegal, o fim pode estar próximo. O Ministério da Cultura já preparou um novo projeto de lei que trata da propriedade intelectual. “O novo projeto de lei de direitos autorais já está pronto. O texto foi enviado para a Casa Civil e esperamos que em breve esteja em discussão no Congresso. Isso é importante, pois sabemos que mesmo bibliotecas digitalizadas enfrentam dificuldades de disponibilizar seus acervos”, disse a ministra da Cultura, Marta Suplicy, em evento em São Paulo.

Fabricantes crescem no exterior

De São Paulo

Algumas preferem exportar. Outras, estar fisicamente em mercados considerados de alto interesse. Mas o fato é que independentemente da estratégia adotada, empresas nacionais de softwares e serviços de inteligência tecnológica furam o cerco das barreiras protecionistas ao se fixar em países como EUA, Japão, China, Itália, Alemanha, Espanha, México, Turquia, Egito e muitos outros do Oriente Médio, Ásia e Europa, além da América Latina. Elas ainda são poucas, mas se tornaram referências nas soluções que oferecem ao tornar-se modelos de excelência como Stefanini, TOTVS e Audaces, cada qual com as suas peculiaridades. As duas primeiras, com presença operacional em outros países. A Audaces, ampliando negócios com exportações.

Tarefa nada fácil, em um mundo cheio de obstáculos comerciais. As restrições impostas em 2011 pelos Estados Unidos à importação de produtos de empresas que empreguem software pirata em qualquer etapa da cadeia produtiva podem ter assustado alguns, mas, certamente, motivou outros. “Esse tipo de decisão afeta positivamente o combate à pirataria de software no Brasil. Pois a empresa que quer exportar e se tornar global, tem que antes comprovar boas práticas”, afirma Claudio Robert Grando, presidente da Audaces, especializada em software para o setor de moda.

Nesse tipo de medida, também conta a favor, segundo Grando, a restrição de presença de piratas da China, Cingapura e Índia, grandes concorrentes da Audaces no desenvolvimento de soluções para a indústria de confecção. A empresa, que viu suas exportações darem um salto de 50% no ano passado, mesmo diante da crise da zona do euro, aproveitou para ampliar presença além da Itália e Espanha, onde já se consagrou. Países como Turquia, China, Índia, Bangladesh, Peru e Argentina viraram grandes parceiros. “Com a crise, tivemos que trabalhar mais, reduzir preços, mas, mesmo assim, avançamos em 30% nossa receita global. Em 2013, queremos repetir a



Dinkelmann, da TOTVS: “Acompanhamos nossos clientes para sermos competitivos e estamos de olho em aquisições”

meta”, aposta Grando, que estima que a pirataria no setor de soluções para moda esteja em torno de 50% no país.

“Sempre encontramos site dentro e fora do Brasil que vendem versões desenvolvidas por nós. O que significa que poderíamos crescer bem mais”, lamenta. A Audaces investe cerca de R\$ 250 mil por ano em ações de combate à pirataria. Comercializou 2.100 licenças no mercado nacional e 850 no internacional no ano passado.

Entre os Estados americanos que desde 2011 adotam leis de concorrência desleal específicas do setor de TI estão Washington e Louisiana. No entanto, em mais de trinta outros, o Ministério Público local tem expressado o seu comprometimento em aplicar as leis em vigor, especialmente a Federal Trade Commission Act (FTCA), para impedir a concorrência desleal no segmento de manufatura baseada no uso não licenciado de TI. “Leis americanas severas no combate à pirataria colaboraram com a moralização de mercados como o Brasil na medida em que nos obriga a pensar em nossos processos. A proteção in-

telectual aqui deveria ser como nos EUA: quem usa a sua ideia tem que pagar”, afirma Ailton Nascimento, vice-presidente da Stefanini, uma das maiores empresas brasileiras de serviços de TI, e que negocia suas soluções em 30 países onde mantém operações locais.

“No Brasil, fazemos o papel de xerife, enquanto deveríamos antes garantir a propriedade intelectual. Ainda estamos engatinhando nisso. Além do mais ainda há muita impunidade para os infratores”, avalia Nascimento, que garante que a Stefanini não é afetada pela pirataria por trabalhar com soluções em arquiteturas fechadas.

Quanto às exportações, como o custo Brasil é considerado muito alto, a empresa prefere exportar a partir de outros países como México, Índia, China, Chile e Argentina. A Stefanini prevê crescer 15% organicamente este ano, sem contar as aquisições que tem em vista no Brasil e nos EUA ainda para este ano. A empresa fechou 2012 com receita bruta de R\$ 1,9 bilhão, Ebitda de R\$ 202 milhões e lucro líquido de R\$ 85 milhões. As operações externas representam 35% dos seus negócios. As principais áreas

de negócios que pretende avançar este ano são nas áreas financeiras, de seguros, meios e pagamentos, varejo e mineração e siderurgia. Saúde e educação, segmentos com elevada demanda, também serão alvo nos próximos anos.

Com um forte histórico de aquisições (47 ao todo), a TOTVS, é exemplo de quem apostou na diversificação de mercados para crescer. “Como o mercado de software é global, acompanhamos nossos clientes para sermos competitivos e sempre estamos de olho nas oportunidades de novas aquisições”, afirma Alexandre Dinkelmann, vice-presidente de estratégia e finanças. A empresa de software, serviços e tecnologia, é líder no Brasil e a 6ª maior desenvolvedora de sistemas de gestão integrada (ERP) do mundo e 1ª em países emergentes. Com presente em 23 países. A TOTVS terminou 2012 com lucro líquido de R\$ 297 milhões, 22% acima de 2011, e receita líquida de R\$ 1,4 bilhão, 10% a mais sob o ano anterior. Já em relação à pirataria, Dinkelmann está tranquilo. “Um usuário de software TOTVS não consegue piratear o nosso produto.” (RL)